

# Sem modernização o país não tem futuro

IGNACIO M. RANGEL

27.4.88

**T**odo razoável ginásiano do meu tempo, no Liceu Maranhense, aluno de história do professor Jerônimo de Viveiros, seria capaz de explicar como foi que Anibal ganhou a batalha de Canas. Foi assim: tanto o exército romano como o cartaginês —principalmente este— ao lado das tropas de elite tinham tropas auxiliares, de pouca confiabilidade. Essas tropas auxiliares, do lado cartaginês, eram principalmente fundibulários, mercenários recrutados nas ilhas Baleares.

Ora, tanto Anibal como seu adversário, o cônsul Paulo Emílio, haviam disposto suas tropas, segundo o esquema consagrado, a saber: as tropas de elite no centro e as auxiliares nas alas. De parte a parte os exércitos assumiam a forma de poderosos arietes, a serem lançados sobre o centro adversário, para rompê-lo num único e decisivo choque. Como Alexandre havia feito em Arbelas, um século antes. Dada a estrutura das forças em presença, a vitória romana talvez fossem favas contadas.

Anibal, entretanto, reavaliou geralmente o problema e, enquanto o exército romano marchava ao encontro do seu, ele inverteu o próprio dispositivo: os fundibulários, isto é, a infantaria ligeira, para o centro e a cavalaria de elite africana para as alas. O dispositivo que mais tarde aplicariam os marechais de Stalin em Stalingrado. O resto se sabe, isto é, o exército romano afundou no fofa centro cartaginês, onde, entretanto, os fundibulários eram obrigados a bater-se, porque não havia como fugir, enquanto as tropas de elite africanas fechavam o saco que se formara, no qual não se perdia tiro, de dardo, de flexa ou de funda, com o resultado descrito por Biliac em magistrais alexandrinos:

Mais de setenta mil romanos trucidados.

Pelo esforço e valor dos púnicos guerreiros;

Sete alqueires de anéis dos mortos cavaleiros,

Cartago arrecadou..."

Mas podemos também imaginar o terrível preço pago pelos fundibulários, de cuja presença poucos posteriores se lembraram. E, em todo caso, a vitória foi púnica, não obstante o estratégico papel desempenhado pelos baleares, os quais talvez nem formassem idéia válida do que lhes estava acontecendo. Hoje diríamos que Anibal os usou como o proverbial macaco, para tirar as castanhas do fogo, com a "mão do gato".

Ao meditar na brilhante operação que foi, para a direita, a votação da tarde de 23 de março, no ANC, não pude deixar de pensar em que, nesta Canas, estiveram presentes, para tirar as castanhas do fogo, novos fundibulários baleares. Refiro-me ao PDT, ao PT e outros "esquerdistas

transviados". Serão chamados a pagar um preço terrível por sua contribuição para a vitória alheia. Vitória que não foi sua, nem poderia tê-lo sido.

Uma batalha é uma batalha e uma guerra é uma guerra. Já que servi-me do exemplo de Canas para simbolizar o episódio de 23 de março, posso também lembrar que as Guerras Púnicas não terminaram em Canas, mas em Zama, alguns anos mais tarde, com resultado trocado. Assim, também, a guerra entre o presidencialismo e o parlamentarismo não terminou. A Quarta Dualidade, da qual o Brasil se aproxima, não poderá ser presidencialista, como o foram a segunda (Abolição-República a 1930-37), e a terceira (neste meio século).

Nossa República federativa —a Primeira República— era a projeção política de uma economia e de uma sociedade feudais. O dispositivo político refletia o anfiteatro enfiético característico da base econômica e social. Na base estavam os latifundiários, senhores de baração e cutelo, em seus respectivos campanários, reunidos em torno dos governadores dos Estados, os quais, por sua vez, nos quadros da chamada "política dos governadores", repetiam o esquema, em âmbito nacional, em torno do presidente.

A Terceira Dualidade, fundada em outubro de 1930, conservava, na aparência, o mesmo esquema "federativo", mas, na verdade, corresponde a outro estágio do desenvolvimento da sociedade humana. A ditadura desarmou, e não apenas no sentido militar, os governos estaduais e os "coronéis" do interior, que eram a base do sistema. Em termos de história clássica, esse novo estágio tem nome conhecido: a monarquia absoluta. O poder efetivo concentra-se, cada vez mais, nas mãos do rei.

Nos quadros politicamente marcados por essa "monarquia absoluta", desenvolveu-se uma economia industrial, que não teria podido florescer nas condições propriamente federativas, em boa hora desfeitas em outubro de 1930. Essa economia industrial exige mercado unificado e eficazmente fechado, com se faz mister para todo mercantilismo, inclusive este nosso, que assumiu a forma de industrialização substitutiva de importações.

A base social desse presidencialismo imperial foi a nascente burguesia industrial, extremamente dinâmica, não obstante sua imaturidade política. E, como aconteceu com a monarquia absoluta, também o presidencialismo imperial preparou os próprios coveiros. A burguesia industrial, que prosperou neste meio século, apoiada pelas classes sociais que com ela fazem sistema

13/88

—com o proletariado a irreme— não pode não rebelar-se contra o sapato chinês do presidencialismo imperial. Este cumpriu sua missão, e transformou-se em obstáculo ao desenvolvimento subsequente, tendo-se convertido numa ditadura, num crônico regime de exceção, que, mesmo com o apoio da força bruta, tem dificuldade para impor-se.

O parlamentarismo, talvez sob a forma de um presidencialismo não imperial, entrou na ordem natural das coisas. Um sistema de pesos e contrapesos, que refleta os interesses da formação sócio-econômica, já criada, impõe-se. Sem isso, a nação se tornará —ou continuará a ser— ingovernável. Um regime paroxícal, em que o poder central se apóia nas regiões menos desenvolvidas do país —às quais é conferida uma representatividade desproporcional, não apenas com sua importância econômica e social, mas até com sua expressão meramente demográfica— não tem futuro.

A idéia de que o futuro possa estar numa espécie de renascimento do federalismo da Primeira República, com sua consequente "política dos governadores", é o que pode haver de mais descabido. Os governadores, mesmo os dos Estados mais ricos, estão impotentes e não podem servir de base a um poder central eficaz.

Por outras palavras, o regime futuro deverá ser unitário, porque isso corresponde às necessidades básicas da sociedade que estivemos criando. Mas isso não quer dizer que essa unidade tenha que apoiar-se para sempre nas muletas da força bruta.

IGNACIO M. RANGEL, 74, economista, foi presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro e é membro do Conselho Federal de Economia.